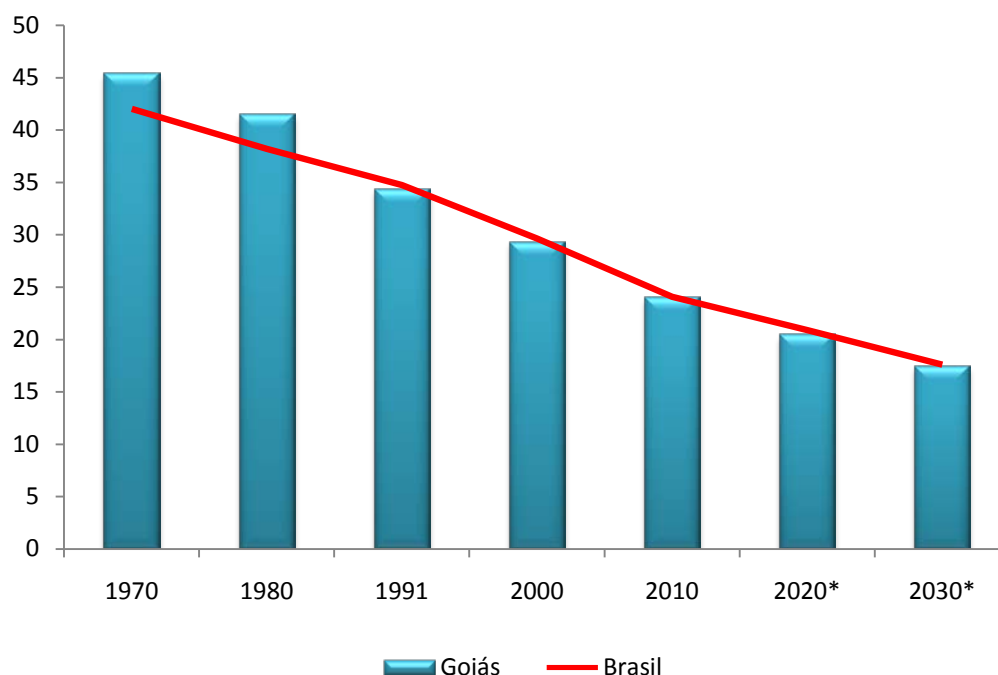


TEMA: Um Olhar sobre as Crianças Goianas

Aproveitando a comemoração do dia das crianças, dia 12 de outubro, o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos traça uma perspectiva socioeconômica e levanta a problemática sobre as mortes por causas externas, os atos infracionais e avalia a condição como moradores de rua dessa parcela da população que tanto merece atenção. Assim como em outros trabalhos, nesse Informe Técnico considera-se criança o indivíduo com idade entre 0 e 14 anos, portanto, abarca mais pessoas que o consagrado Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – para o qual a infância terminaria aos 12 anos. Todavia, por outro lado, o entendimento aqui assumido é aquém do pregado na Convenção sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas – ONU – que chama de criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade. A despeito das diferenças das conceituações, que se baseiam em aspectos etários, entende-se como uma construção social o que venha a ser a fase da infância e, por isso, a demarcação naquela idade tem mera imposição analítica e didática, contudo, visa, também, à manutenção da coerência com outros estudos desenvolvidos neste Instituto.

Dito isso, observa-se, nas últimas décadas, forte redução na representatividade das crianças em Goiás. O Gráfico 1 traz a participação dessa parcela da população entre os anos de 1970 e 2030 (projeção), tanto para o Estado quanto para o Brasil. Nota-se que em ambos a queda nos percentuais dos infantes ocorreu de maneira acentuada. Até 1980 a participação das crianças em Goiás era maior que em relação ao Brasil, mas a partir da década de 1990, o Estado sempre esteve abaixo do cenário nacional nessa estatística.

Gráfico 1. Percentual da população de 0 a 14 anos – Goiás e Brasil – 1970 a 2030



Fonte: Censos Demográficos IBGE, 1970-2010.

*Projeções IBGE, 2013.

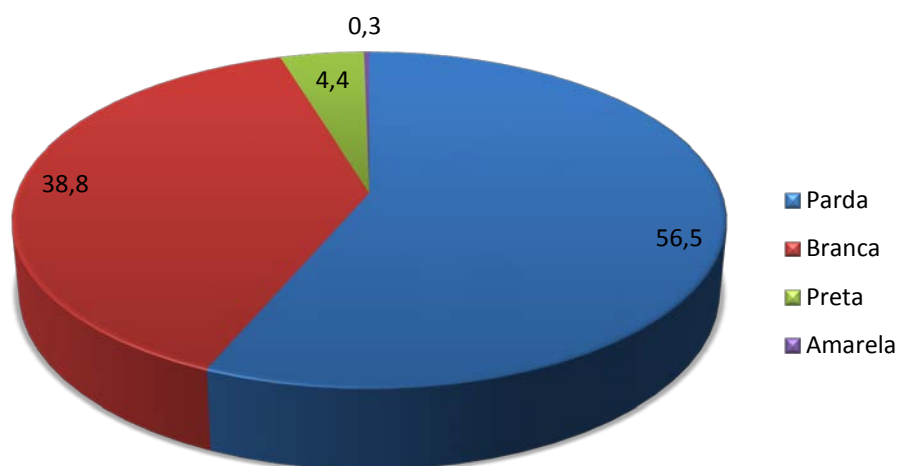
Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

TEMA: Um Olhar sobre as Crianças Goianas

O maior decréscimo nos números de Goiás é explicado pela intensa queda na taxa de fecundidade da mulher goiana: “Em 50 anos o número de filhos por mulher foi reduzido em mais de 70%. Isto é, uma mulher atualmente tem em média 4,9 filhos a menos que uma da década de 1960. Nossa taxa hoje é menor que a brasileira e, também, está consideravelmente abaixo da taxa de reposição” (IMB, 2013, p. 15). Explica-se, assim, também a inversão na representatividade das crianças na população do Estado e do Brasil. De qualquer forma, quando se chegar a 2030 será preciso assimilar uma nova realidade: para cada 100 habitantes, menos de 18 serão crianças.

Na distribuição das crianças goianas pela cor da pele percebe-se, pelo Gráfico 2, a predominância daquelas com cor parda, seguidas pelas de cor branca. Sobre essa questão, é interessante constatar que dentro do universo das que declararam ter a cor preta, 32% estão nos 10% mais pobres de acordo com a renda domiciliar *per capita*; e apenas 1% faz parte dos 10% mais ricos. Além disso, no primeiro decil da renda domiciliar *per capita* em Goiás 65% se declararam pardos, enquanto que a maior porcentagem no último decil é composta por aqueles que se declaram brancos (66%) (todos dados da Pnad/2013).

Gráfico 2. Distribuição das crianças de Goiás pela cor da pele – 2013



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad/2013.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

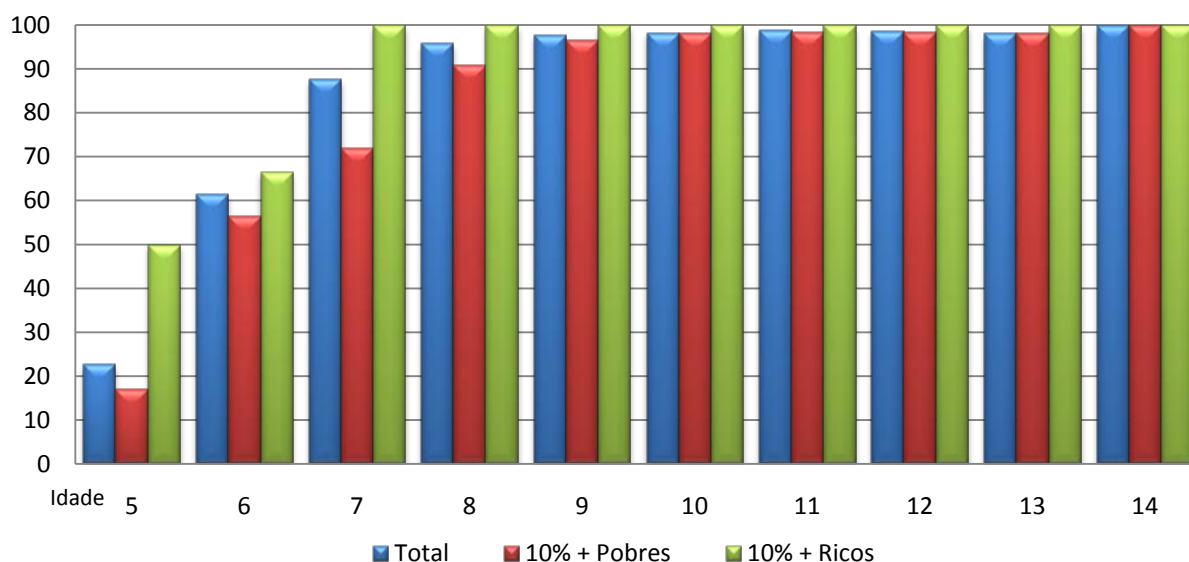
Em relação ao índice de alfabetização das crianças goianas, a quase universalização do ensino fundamental produziu efeitos significativos, fazendo com que mais de 98% daqueles com idade entre 8¹ e

¹ Idade preconizada, pelo Programa Todos pela Educação do Governo Federal, como o limite para que a criança esteja alfabetizada.

TEMA: Um Olhar sobre as Crianças Goianas

14 anos saibam ler e escrever. Contudo, há certas disparidades entre os cidadõzinhos mais pobres e os mais ricos. De modo geral, em Goiás as crianças começam a aprender a ler e escrever aos 5 anos (dos que têm essa idade, 23% conseguem ler e escrever), mas entre os 10% mais ricos o início da escolarização surte mais resultado, pois a partir dos 7 anos todos desse grupo estão alfabetizados (ver Gráfico 3); por outro lado, na parcela dos 10% mais pobres somente no grupo com idade de 14 anos é que a totalidade das crianças sabe ler e escrever, em todas as outras faixas etárias, desde os 5 anos, os mais pobres jamais superam a porcentagem de alfabetizados do Estado, estando sempre abaixo exceto nas idades de 10 e de 14 anos, quando empatam com a cifra geral.

Gráfico 3. Percentual das crianças alfabetizadas por idade e renda domiciliar *per capita* – Goiás – 2013



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad/2013.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

A despeito da qualidade do ensino recebido pelas diferentes parcelas da população, aqueles números podem ser explicados pela frequência escolar dessas crianças. No Estado de Goiás, meramente 2% das crianças entre 6 e 14 anos – idade em que se estaria no ensino fundamental – não frequentam um estabelecimento de ensino; esse percentual sobe para 2,8% entre os 10% mais pobres e está zerado no decil dos mais ricos. Na fase pré-escolar, nível extremamente importante para o desenvolvimento cognitivo e que será um dos responsáveis pelo melhor desenvolvimento da aprendizagem, as diferenças são mais proeminentes: enquanto pouco mais de 55% das crianças de 4 e 5 anos, residentes dos 10% domicílios mais pobres, estão matriculadas numa escola, quase 93% daquelas situadas nos 10% mais ricos recebem educação formal no sistema de ensino (dados da Pnad/2013).

Além disso, ao se constatar que aproximadamente 79% dos estudantes até 14 anos estão matriculados em escolas públicas, confirma-se a importância que ações e políticas públicas assumem para

TEMA: Um Olhar sobre as Crianças Goianas

não só melhorar a qualidade do ensino, mas também reduzir as disparidades entre as diferentes parcelas da sociedade. Esse papel fica ainda mais claro quando do conhecimento de que 95,8% das crianças pertencentes aos 10% mais pobres estudam em escolas públicas. Na contraposição, mais de 71% daquelas situadas entre os 10% mais ricos frequentam estabelecimentos de ensino privados (números da Pnad/2013).

No questionário da Pnad/2013 há um campo inquirindo sobre a realização de afazeres domésticos. No universo das crianças de Goiás entre 5 e 14 anos, mais de 30% delas cuidavam de tarefas no lar. Tais atividades podem ser, inclusive, instrutivas e desenvolver o senso de responsabilidade, todavia, há que se sinalizar a existência, ainda, de 2,2% de crianças, naquela faixa etária, exercendo algum tipo de trabalho no Estado. Trabalhos estes em diversos segmentos como serviços domésticos, atividades agrícolas, comércio e reparação e, até, na construção. Frisa-se, com forte relevo, que o trabalho antes dos 14 anos é ilícito e fere a dignidade e a cidadania desses menores, impedindo-os de alcançarem o pleno desenvolvimento como pessoa ao os afastarem seja da escola, seja dos momentos de lazer, ou de ambos.

A Pnad/2013 também quis saber sobre o envolvimento das pessoas nas novas tecnologias. As crianças goianas, percebeu-se, estão cada vez mais conectadas à rede mundial de computadores, quase 70% das que possuem 10 a 14 anos utilizaram a Internet nos últimos três meses (a partir do período de referência da Pnad/2013, 22 a 28 de setembro). Naquelas domiciliadas entre os 10% mais ricos todas acessaram a *web*, na porção dos 10% mais pobres o percentual foi de aproximadamente 50%. Além da conexão à Internet, nossas crianças contam com telefone celular para uso pessoal: entre as com 10 a 14 anos de idade, 61% possuem tal objeto; na parcela do decil mais abastado, esse percentual se eleva para 83% e cai para 42% no decil mais pobre.

No que tange à forma do esgotamento sanitário, somente 37% das crianças de Goiás residem em domicílios ligados à rede pública coletora de esgoto, a maioria (48%) se valem de fossa rudimentar. Por outro lado, as crianças dos 10% mais ricos estão em situações melhores: 70% são atendidas pela rede pública e apenas 23% utilizam fossa rudimentar; já nos 10% mais pobres, os valores se invertem, com 62% usando para eliminação do esgoto fossa rudimentares e 23% com ligação à rede de esgotamento público (outros 14% declaram possuir fossa séptica). Embora refletindo a condição do Estado, as discrepâncias entre os que estão no decil inferior e os do decil superior da renda domiciliar *per capita* exigem soluções do poder público para a diminuição dessa desigualdade e garantir melhor qualidade de vida a todas as crianças, independente do rendimento familiar.

Outros desafios relacionados às crianças que precisam ser enfrentados em Goiás se referem às crianças em situação de rua e as que cometem atos infracionais.

As crianças em situação de rua são caracterizadas por não terem os cuidados de um responsável, vivendo permanentemente nas ruas em condições de alta vulnerabilidade. Essa condição evidencia extrema exclusão social, desencadeada por fatores históricos, sociais, econômicos e políticos de nossa sociedade. A violência sofrida por estas crianças assumem várias formas, como agressão física, sexual e emocional, sendo que todas revelam abandono e exclusão social vividos pelas famílias (CÂMARA *et al.*, 2002.).

TEMA: Um Olhar sobre as Crianças Goianas

A maior parte dessa população encontra-se na capital do Estado que apresentou vertiginoso crescimento demográfico e acelerada urbanização e, conseqüentemente, culminando em relações de desigualdade, marginalização e exclusão. Na primeira parte do ano de 2010, na instituição “SOS Criança”, localizada em Goiânia, havia 114 menores em situação de rua, sendo 12 crianças – entre 8 e 12 anos – e 102 adolescentes – entre 13 a 17 anos (NERVIS *et al.*, 2010)

No ano de 2000, havia em Goiânia oito instituições focalizadas em atender crianças e adolescentes em situação de rua e cinco instituições de abrigos não governamentais. Apesar da importância e da relevância do trabalho realizado dessas instituições em amenizar o problema, apenas será viável a erradicação da exclusão social na infância por meio da efetivação de políticas sociais básicas que garantam acesso à educação, saúde, lazer e moradia em condições dignas a todo indivíduo.

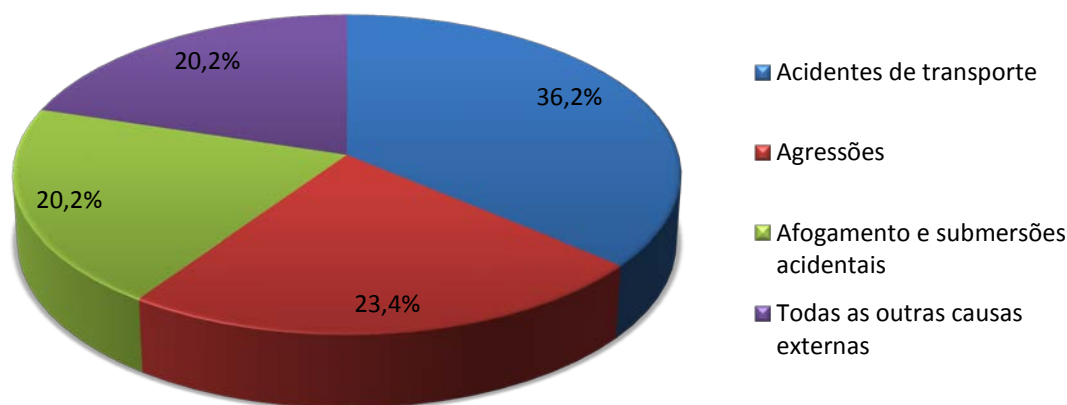
Com respeito às crianças que cometem infrações, segundo o GECRIA (Grupo Executivo de Apoio a Crianças e Adolescentes), foram atendidos 1.260 menores de 18 anos no ano de 2013, 6,75% estavam na faixa de 12 a 14 anos. Destes, 67% tinham 14 anos e 90,6% eram do sexo masculino. Ainda mais, os atos infracionais mais frequentes eram aqueles contra o patrimônio. Esses dados corroboram a importância da necessidade de uma infância mais resguardada, pois o ato infracional cometido por uma criança não só manifesta a desigualdade social, como também a desarmonia entre entes como a família, escola, sociedade e Estado.

Vale salientar também que não existem dados estatísticos confiáveis que confirmem um aumento de atos violentos e graves cometidos por crianças, muito pelo contrário, os mais jovens, segundo Castro e Guareschi (2008), são a parcela da população que mais morrem e sofrem por situações violentas. Durante a elaboração deste informe, verificou-se enorme dificuldade em obter dados relacionados à faixa etária estudada. Diante disso, faz-se necessário aperfeiçoar os sistemas de informação sobre as crianças, com o intuito de subsidiar o processo de construção de políticas públicas voltadas para este grupo e, além disso, permitir o acompanhamento e avaliação das medidas socioeducativas.

Outra questão relacionada às crianças que se deve analisar é a morte por causas externas (enquadradas como evitáveis). Segundo dados referentes ao ano de 2013 do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), para a população goiana com até 14 anos, 56,46% das mortes foram por causas externas. O maior percentual, como mostra o Gráfico 4, se refere aos acidentes de transporte com 36,2% dos casos registrados, em segundo lugar estão as agressões 23,4%, e por último, afogamento e submersões acidentais e outras causas apresentam a mesma porcentagem de 20,2%. Para as crianças de 1 a 9 anos a mais frequente causa de morte foi os acidentes de transporte. As agressões apresentaram maior frequência no grupo de 10 a 14 anos.

TEMA: Um Olhar sobre as Crianças Goianas

Gráfico 4. Percentual das mortes por causas externas das crianças em Goiás – 2013



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM- 2013.

Elaboração: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Os dados apresentados evidenciam que os acidentes na infância representam um problema de saúde pública, já que os mesmos encontram-se entre as principais causas de morte. Em relação às agressões, é alarmante observar que estas correspondem à segunda maior causa de morte por causas externas das crianças goianas.

Por fim, um avanço foi percebido no que toca às mortes relacionadas às doenças infecciosas e parasitárias, causa que em 2003 apresentou 106 ocorrências e uma década depois não notificou nenhum caso. Este resultado pode ser explicado pelas políticas de saúde pública que culminaram em uma maior cobertura de vacinação e melhores condições de saneamento básico.

Referências Consultadas

CÂMARA, M. F. B.; MEDEIROS, M.; FERRIANI, M. d. G. C.; GOMES, R. **O abandono social da infância e adolescência na Ética dos coordenadores de instituições de assistência a crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Goiânia.** Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum., São Paulo, 12 (1), 2002.

TEMA: **Um Olhar sobre as Crianças Goianas**

CASTRO, Ana Luiza de Souza; GUARESCHI, Pedrinho. **Da privação da dignidade social à privação da liberdade individual**. Porto Alegre, v. 20,n.2, Agosto. 2008.

NERVIS, Elaine Deize; ARAUJO, Manoel Victor Peres; Neto, Onofre P. Aurélio; Silva, Renata A. Lopes. **As crianças “de rua” em Goiânia: espacialização, angústias e Esperanças**. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2790> Acessado em 28 de setembro de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informações sobre Mortalidade**. Brasília, 2013.

GOIÁS. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Dinâmica Demográfica: características e discrepâncias do bônus demográfico em Goiás**. Goiânia, 2013.